



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

João Paulo do Nascimento Silva

Sobre o autoritarismo:

Uma discussão com Filosofia e Romances de Distopia

BRASÍLIA

2020

João Paulo do Nascimento Silva

Sobre o autoritarismo:

Uma discussão com Filosofia e Romances de Distopia

Trabalho apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Reis

Banca de avaliação: Prof. Dr. Gilberto Tedeia

BRASÍLIA

2020

Contudo, fica sabendo que hoje, e precisamente hoje, essas pessoas estão mais convictas do que nunca de que são plenamente livres e, entretanto, elas mesmas nos trouxeram sua liberdade e a colocaram obedientemente a nossos pés.

DOSTOIÉVSKI ¹

¹DOSTOIÉVSKI, 2019. p. 348

Sumário

1 - Introdução.....	04
2 – Considerações Iniciais.....	06
2.1 - Por que trazer a literatura para este tipo de discussão?.....	06
2.2 - Uma breve distinção entre Utopia e distopia.....	09
2.3 - Principais obras utilizadas.....	12
3 - O Autoritarismo.....	17
3.1 - Definição.....	17
3.2 - Como alcançam o poder.....	20
4 - A ilegitimidade do autoritarismo e seus mecanismos de coerção.....	27
4.1 - A Violência.....	28
4.2 - Vigilância e condicionamento.....	31
5 - Considerações Finais.....	41
6 - Bibliografia.....	44

1 – INTRODUÇÃO

Aceitamos a realidade do mundo que nos é mostrada.²

É curioso como algumas imagens e acontecimentos ocorridos há anos em nossas vidas são capazes de vir à tona tempos depois. Imagens que ficam guardadas em nosso subconsciente, aguardando um momento para vir à luz novamente. Definitivamente, um desses acontecimentos ocorrera quando ainda cursava o ensino médio: tive a oportunidade de ler uma história em quadrinhos³ cuja trama se desenrolava em um futuro não muito distante. Logo nas primeiras páginas, uma série de câmeras de vigilância era o foco dos quadrinhos. Cada câmera com um letreiro em sua base com os dizeres: “para a sua proteção”. Naquela época, estas imagens não causaram tanto espanto em um primeiro momento, passaram despercebidas. Hoje, ao me deparar com os dizeres “para a sua proteção” um sentimento de desconforto é inevitável. Afinal, a história criada por Alan Moore, que fora escrita há quase quarenta anos, no ano de 1982, nunca se mostrou tão atual como nos dias de hoje: em nossa contemporaneidade o que não faltam são mecanismos de vigilância.

Anos depois, me deparava com obras bem semelhantes e, após a leitura, sempre me parecia que aquelas histórias não eram completamente fictícias, parecia que aquelas histórias que acabara de ler eram um retrato do mundo real: ora, uma vigilância insaciável por parte de um governo autoritário

² THE TRUMAN SHOW. Direção de Peter Weir. Estados Unidos. Paramount Pictures. 1998

³ Trata-se da obra *V de Vingança* escrita por Alan Moore. 1982

para com seus cidadãos, juntamente com um condicionamento abusivo que tem como objetivo produzir homens submissos, não é algo excepcionalmente fictício que se encontra apenas em obras literárias.

Tanto a vigilância quanto o condicionamento fazem parte de um sistema rigoroso e complexo de controle que parte de um estado autoritário destinado ao povo geral.

O intuito deste breve estudo em forma de monografia é iniciar uma discussão a respeito do fenômeno do autoritarismo, bem como suas tecnologias que são utilizadas como armas para manter o controle sobre as massas: o condicionamento como forma de adestrar o homem e a vigilância como forma de oprimi-lo. Ambos os artifícios possuem um único objetivo: o de privar o ser humano de seu maior bem, sua liberdade. Procuo trazer a literatura para um local de destaque na discussão filosófica, fazendo uso dela como uma forma de elucidar os temas que a filosofia aborda em suas diversas áreas de atuação. Notemos que não se trata de ver filosofia em tudo, seja em qualquer tipo de arte, mas sim de utilizá-las como elucidação dos temas abordados.

2 – Considerações Iniciais

2.1 - Por que trazer a literatura para este tipo de discussão?

O fato de sempre interpretarmos as obras literárias, até certo ponto, à luz de nossos próprios interesses - e o fato de, na verdade, sermos incapazes de, num certo sentido, interpretá-las de outra maneira - poderia ser uma das razões pelas quais certas obras literárias parecem conservar seu valor através dos séculos.

EAGLETON. 2006, p 18

Quando falamos de filosofia, o consenso geral é a ideia de que nos referimos às obras desenvolvidas por aquele seleto grupo que, através da história, recebeu a alcunha de filósofo. Pensa-se sempre que a filosofia está reservada ao mundo acadêmico, onde apenas um pequeno grupo detém o poder e a capacidade de filosofar. Muito se perde ao traçarmos uma linha entre “o que é filosofia” e o que não é. É fato que muito do que se escreve, difere da filosofia. Muito do que é produzido possui outro caráter expositivo, procura alcançar outro tipo de público. Todavia, muito do que é produzido, possui características que geralmente são atribuídas e desenvolvidas no âmbito filosófico. A literatura, por exemplo, possui o seu teor e caráter próprio, mas tem seu valor enquanto obra que se expressa.

Ora, a literatura sempre fora desenvolvida de acordo com os acontecimentos do mundo que a cerca e do período em que se encontra. Uma breve leitura e análise de obras literárias, é mais que suficiente para concluir a sua relevância tanto histórica como filosófica.

Todavia, não é tarefa fácil conceituar o que é filosofia. Grosso modo, podemos tomar por filosofia o tipo de conhecimento baseado na reflexão e construção de conceitos e ideias, a partir do uso do raciocínio em busca do

saber. Pode-se entender a filosofia como o campo do conhecimento que estuda a existência humana, as problemáticas do Ser, etc.

A palavra *filosofia* ainda é algo que “assusta” o público geral por carregar a alcunha de ser uma leitura densa, de difícil compreensão e tudo mais que atribuem à escrita acadêmica. Todavia a filosofia se encontra impregnada no meio social há bastante tempo: é bem provável que ao menos duas gerações (a atual e a anterior) tenham crescido consumindo obras onde questões discutidas pela filosofia, como os conceitos de liberdade e opressão, serviram como pano de fundo para inúmeras histórias, sejam elas filmes, obras literárias diversas, peças teatrais, dentre outras formas de entretenimento que conseguiram trazer a tona questões geralmente atribuídas ao meio político, sem perder seu objetivo de entreter. Afinal, o grande sucesso da atual série televisiva *The handmaid 's tale*, adaptação do romance *O Conto da Aia* de Margaret Atwood, ilustra de forma satisfatória como uma boa história pode ser contada para entreter na mesma medida em que aborda temas políticos complexos.

Ora, são poucos os artistas que desenvolvem suas obras sem nenhum teor crítico da realidade ou da situação atual do mundo ao seu redor. A arte é um excelente mecanismo de crítica e reflexão, funcionando como uma forma de denúncia, de exposição e reflexão sobre os mais variados temas.

Não é necessária uma grande pesquisa para perceber isso, um breve momento de ócio após consumir uma obra já é mais que o suficiente para começar a entender o que o autor ali procurou desenvolver: é o caso da literatura do século XIX, por exemplo, sobretudo inglesa, situada no período

vitoriano onde a sociedade fora marcada por rígidos costumes moralistas, religiosos, sociais e sexuais. Em meio a esta sociedade, os escritores encontraram na literatura um dos principais meios de crítica a essa forma de vida. Obras como *O Retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde e *O Estranho Caso do Dr. Jekyll e Sr. Hyde* de Robert Louis Stevenson, sendo esta amplamente conhecida como *O médico e o monstro* traziam dentro de suas páginas a questão da moralidade humana e toda uma reflexão sobre o mundo atual.

Não poderia ter sido diferente com o cinema e com a música. São vários os artistas que encontraram na música uma forma de denunciar a sociedade em que estavam inseridos. É o caso da banda de rock britânica *Pink Floyd* que, em 1977 lançava o álbum *Animals*, que fora inspirado em uma outra obra literária que, por sua vez, também levantava críticas. A obra referida é a chamada *Revolução dos Bichos*, de *George Orwell*. Orwell usou animais como metáfora para criticar sistemas atuais de governo, ao passo que a banda usou as metáforas de animais presentes no livro para criticar a sociedade capitalista e a forma de vida britânica. O mesmo acontece com alguns filmes de ficção científica, onde encontramos uma sociedade com uma alta tecnologia e uma baixa qualidade de vida.

Pensando a filosofia nestes termos e a arte como uma possível forma de filosofar, muitas obras da literatura trazem consigo problemáticas que atribuímos à filosofia: questões acerca do ser, niilismo, questões sociais, políticas, etc. É o caso dos chamados *romances de distopia*.

2.2 - Uma breve distinção entre Utopia e distopia.

As utopias negativas⁴ expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de auto confiança e esperança do homem pós medieval.

FROMM, 2019. p. 369⁵

A distopia é uma antítese da utopia. A palavra *utopia* surge pela primeira vez como o título de uma obra de *Thomas More*, tendo sua primeira edição lançada em 1516. A palavra *utopia* vem do grego e significa, em sua tradução literal, algo como “não-lugar”, “lugar-inexistente”. Hoje, tal palavra é utilizada para caracterizar a ideia de lugar ou estado ideal, geralmente com leis justas, de completa e total felicidade, bem como a harmonia entre os seus indivíduos, um lugar onde não há pobreza: uma cidade ideal ou até mesmo perfeita. Mesmo antes de More idealizar este tipo de sociedade, alguns autores já tentavam desenvolver um tipo de cidade perfeita. *A República* de Platão, por exemplo, pode ser compreendida como uma espécie de utopia: Uma cidade perfeita com um rei filósofo onde cada cidadão exerce uma única atividade, etc. Na obra, Sócrates fala de maneira clara que “se deve colocar a questão de saber se é a um cego ou a um homem perspicaz que podemos confiar a guarda de um objeto qualquer?” (PLATÃO. p.191). Na cidade idealizada, Sócrates desenvolve a ideia de que cabe a certos homens o direito e a habilidade de governar os demais, não sendo algo de direito universal. O governo cabe ao que ele chama de Rei Filósofo. Somente este homem teria a capacidade de governar a multidão, pois ele é detentor do conhecimento do imutável, conhecedor das leis e assim legislará de maneira justa todos os

⁴ Assim eram chamadas as distopias, antes de sua popularização.

⁵ Trata-se de um posfácio anexado à edição de 1984 de George Orwell publicado pela editora Companhia das Letras. Devidamente referenciada em bibliografia

outros homens. O Rei Útopo, fundador da sociedade de utopia na obra de More também é uma espécie de “homem extraordinário” que detém a capacidade de organizar e legislar uma sociedade.

Nestes termos, entende-se por *distopia*, um lugar com características totalmente opostas: uma sociedade que vive de forma precária, sem direitos, sob constante vigilância e sempre a mercê de um estado despótico totalmente autoritário. Uma sociedade onde não há liberdade e tampouco a individualização do homem: tudo e todos são tratados como um coletivo.

É interessante observar que em alguns aspectos a *utopia* e a *distopia* parecem ter semelhanças. Como observa Dominic Baker-Smith, em uma introdução⁶ para a obra *Utopia* de *Thomas More*:

Quando imaginamos os utopianos, não vemos rostos, apenas figuras, e tampouco encontramos qualquer nome utopiano. Todo o ritmo de vida numa cidade utopiana, das refeições coletivas às palestras antes do amanhecer, destina-se a realizar aspirações humanas autênticas, sem excluir nenhuma delas; mas, para alcançar este objetivo é preciso eliminar a privacidade e o individualismo. Muitas vezes traça-se um paralelo entre a cidade utopiana e o mosteiro: a semelhança consiste na forma como as duas instituições subordinam as preocupações pessoais a um objetivo comum, o que, reconhecia Platão, acarretava a extinção da propriedade.

BAKER-SMITH. 2018 p.28

Adiantando um pouco a discussão que virá a seguir, é preciso ter um pouco de cuidado com as descrições colocadas em pauta pelas utopias e distopias: é necessário perceber as distinções. O trabalho coletivo presente, sobretudo, na obra de Thomas More, procura de fato alcançar um bem estar coletivo, ele não busca enriquecer mais um grupo do que outro. Grosso modo, pode-se entender esse coletivo descrito em *Utopia* como a tentativa de se

⁶ Introdução presente na edição da editora Penguin, devidamente referenciada em bibliografia.

alcançar o bem estar máximo de sua sociedade: todos vivem bem e de forma igualitária. Algo totalmente oposto do que vemos nas *distopias*. Nos romances distópicos, o coletivo visa preservar o poder despótico de seu governo autoritário, não tem absolutamente nenhuma relação com o bem estar social. Nas distopias o objetivo a ser alcançado é unicamente alcançar o total poder e assim mantê-lo. Como será explorado mais adiante, os romances de distopias denunciam justamente essa forma de sociedade: uma forma de governo onde poucos dominam muitos com o uso de políticas totalitárias. As sociedades distópicas representadas em obras são geralmente baseadas em conceitos políticos que fazem parte do mundo real: o autoritarismo e o totalitarismo.

O uso da palavra *utopia* nos dias atuais, além de caracterizar uma cidade ou sociedade perfeita, muitas vezes é utilizado para definir um estágio inalcançável: algo além de nosso controle. Sendo assim, a própria ideia de uma cidade perfeita cai por terra uma vez que a sociedade atual a enxerga como algo distante e improvável, daí, uma *utopia*. A *distopia* vem a ser contrária a essa ideia: *distopias* são sempre desenvolvidas a partir dos acontecimentos atuais e de alguma forma procuram, na maioria das vezes, trazer uma narrativa que trata de um futuro não tão distante que virá a ocorrer caso nada seja feito. Mas, ao falar com pessimismo do futuro, critica-se o presente e o passado recente. Ora, George Orwell ao escrever *1984* no ano de 1948, apresentou ao mundo uma obra onde a sociedade era brutalizada e oprimida por um partido autoritário. Toda a sua escrita fora baseada em seu presente e em seu passado recente. É preciso notar que, em 1948, o mundo havia acabado de passar pela maior guerra que a humanidade vira até então e presenciava o declínio de governos fascistas, do nazismo na Alemanha, mas também

presenciava o crescimento do poderio Soviético durante o Stalinismo. A distopia de Orwell nada mais é do que uma romantização⁷ de todos estes acontecimentos e que servia, juntamente com o já publicado *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley, como um “aviso” de como seria o futuro caso nada mudasse. Hoje, passados mais de setenta anos após a publicação da obra de Orwell, dezenas de outras obras distópicas foram concebidas e cada uma delas apresenta um mundo diferente, porém, sempre com traços em comum: a opressão governamental, a falta de liberdade, o uso excessivo e abusivo de mecanismos de vigilância e punição.

Em suma, as distopias são vendidas e consumidas quase sempre como ficções, histórias de realidades irreais e que são caracterizadas por uma repressão excessiva aos indivíduos. Todavia, a distopia é mais que isso. É antes de ficção, uma crítica ao passado recente e ao presente, mostrando as diversas formas que regimes autoritários alcançam e preservam o seu poder.

2.3 Principais obras utilizadas

Trazer os *romances de distopia* para uma discussão filosófica tem por objetivo utilizá-las como forma de discutir questões e conceitos que geralmente ficam a cargo da ciência política, da filosofia e demais estudos humanos: questões como o autoritarismo e suas ferramentas de controle. Tais obras tratam de maneiras distintas a forma de controle: No já citado romance *1984*, George Orwell idealiza uma sociedade onde livros e o conhecimento de modo geral, bem como a informação seriam manipulados e até mesmo proibidos,

⁷ Aqui, “romantização” deve ser entendido como a forma literária (romance, novel).

bem como a ocultação da verdade e o fim da pluralidade, tornando a sociedade uma coisa única, sem distinções. O estado autoritário que ali detém o poder controla a população através do condicionamento e pela dor. O individualismo fora substituído pelo coletivismo, transformando cada ser humano numa peça de máquina para fazer uma grande engrenagem girar, ou seja, o estado.

Em *Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley nos apresenta um mundo concebido por meio de práticas de condicionamento exercidas desde a infância, tendo por objetivo moldar a sociedade através do consumismo e pelo prazer. Huxley traz à tona uma sociedade que se encontra entorpecida, submersa em uma felicidade artificial manipulada por uma espécie de droga, intitulada *soma*. Neste contexto, não é necessário proibir a leitura ou a informação uma vez que não há disposição de consumi-las por parte dos indivíduos. Por mais que a obra de Huxley traga algo mais “discreto”, assim como Orwell, buscou criticar e denunciar a sociedade atual e a futura próxima.

Ambas as obras discutem a mesma questão: como é exercido e mantido o autoritarismo em nosso passado recente e no presente. As distopias estão cheias de alegorias e metáforas. Estas obras servem como forma de elucidação dos conceitos. A literatura serve muitas vezes para descrever, exemplificar, elucidar conceitos. Ela é um retrato do mundo apresentado ao leitor. A literatura é um meio de comunicação social capaz de apresentar inúmeros conhecimentos para aquele que a tem em mãos. Uma ideia filosófica em forma literária: uma forma de elucidar os temas debatidos. Uma narrativa repleta de questões sociais e políticas, por vezes, critica o desenrolar do mundo real e, é nesse aspecto que as distopias são desenvolvidas.

Anos se passaram desde que a primeira obra de distopia foi lançada, todavia, o mais curioso e, até mesmo perturbador, é consumir tais obras e chegar à conclusão de que elas ainda são atuais e, com um pouco de pessimismo (ou até mesmo realismo), é possível observar que as distopias nunca foram tão atuais quanto são agora. A geração atual é a que vive com mais tecnologia, tecnologia esta que, de uma forma ou de outra, serve como um mecanismo de controle, seja vigiando, seja impondo o que consumir, o que fazer, etc. Afinal, se as obras de Orwell e Huxley fossem escritas nos dias atuais, redes sociais, o consumo exacerbado de tecnologias que cada vez mais são vendidas como algo descartável, não ficariam de fora de seus livros.

Sendo a literatura um ótimo objeto de **exemplificação** de conceitos e de temas variados, são materiais excelentes para dialogar com obras que geralmente atribuímos ao cânone da filosofia. Os chamados filósofos da tradição, trazem uma discussão mais conceitual, definindo e delimitando alguns dos conceitos que serão abordados. Por isso a necessidade de um diálogo entre obras que possuem a exploração dos conceitos de uma forma mais acadêmica e mais cuidadosa, juntamente com obras que **ilustram**.

O objeto a ser explorado e discutido é o fenômeno do autoritarismo e o uso de diversas ferramentas para manter o controle político total de uma determinada sociedade. Esse diálogo a respeito do autoritarismo, seus problemas e seus mecanismos de controle, deverá ser feito a partir das obras *1984* e *Admirável mundo Novo*, obras estas de George Orwell e Aldous Huxley, respectivamente, e duas outras obras do cânone da filosofia, sendo elas *Sobre a Violência* de Hannah Arendt e *Vigiar e Punir* de Michel Foucault. Além de se tratarem de obras da contemporaneidade, elas discutem características que

vêm a ser a base de regimes autoritários. Para definir e delimitar o fenômeno do autoritarismo, será utilizado o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio. Orwell escreve sua obra após os acontecimentos da segunda guerra mundial, Arendt desenvolve seu trabalho a respeito da violência a partir do pós guerra no desenrolar da chamada guerra fria. Ela observa a luta das superpotências que emergiram após a segunda guerra, sendo elas, os Estados Unidos e a União Soviética, pelo desenvolvimento de armas cada vez mais eficazes. A autora busca conceituar e caracterizar o fenômeno da violência, observando o seu uso como instrumento do poder político e mostrando suas distinções com esse mesmo poder, ao passo que Foucault aborda o problema da institucionalização do poder enquanto forma de controle, bem como seu uso para punir. A obra traz um estudo sobre o uso da vigilância e da punição em vários locais da sociedade. Sua ideia de panóptico, isto é, um mecanismo desenvolvido para vigiar os demais a partir de um local de destaque onde se possa ver tudo e todos, ao passo que não é visto, muito se assemelha às formas de vigilância presentes nas distopias. Sistema este tão eficaz que a simples crença de que algo está monitorando a sociedade, essa simples dúvida já é suficiente para que o comportamento do indivíduo se altere em diferentes ambientes. Mas não nos apressemos com o desenvolvimento, tudo virá em seus pormenores no decorrer do texto.

Nesse sentido, estas quatro obras serão utilizadas para discutir o tema em questão: o autoritarismo. Em outras palavras, estas obras se destacam por serem atuais, por discutirem o mesmo assunto por meio de outras vias. A contemporaneidade do texto de Arendt, bem como o estudo feito por Foucault

sobre o uso de mecanismos de controle do homem, flertam com as obras um tanto “proféticas” de Orwell e Huxley, bem como as demais distopias.

É necessário observar que a história da humanidade é marcada pelo surgimento e declínio de regimes autoritários, totalitários, despóticos e todas as demais nomenclaturas atribuídas a regimes abusivos. Ora, não faz nem um século que surgiu na Itália o Fascismo, o nazismo na Alemanha, as ditaduras ocorridas na América latina, etc. O século passado fora marcado por guerras deflagradas por regimes que buscavam cada vez mais e mais o controle total. Algo que aprendemos com a história é que a vida tende a ser cíclica e que, o que ocorreu no passado, pode ocorrer no futuro. Toda a história pode se repetir se o passado for esquecido. O início do século XXI vai se marcando pelo ressurgimento de bandeiras que apóiam sistemas opressores: nas últimas eleições, faixas pedindo o retorno da ditadura foram expostas para quem quisesse ler. Toda forma de opressão governamental deve ser reprimida ou, do contrário, não sabemos ao que o futuro está reservado.

3 – O Autoritarismo

Digno de espanto, se bem que vulgarissimo, e tão doloroso quanto impressionante, é ver milhões de homens a servir, miseravelmente curvados ao peso do jugo, esmagados não por uma força muito grande, mas aparentemente dominados e encantados apenas pelo nome de um só homem cujo poder não deveria assustá-los, visto que é um só, e cujas qualidades não deveriam prezar porque os trata desumana e cruelmente.

LA BOÉTIE⁸

3.1 - Definição

Ao pensar em autoritarismo, muitos aspectos podem vir à tona, desde o sentido literal da palavra, bem como suas características mais difundidas no consenso geral. Alguém pode dizer simplesmente que a palavra significa autoridade ou ainda, um mais entendido de *cultura pop*, pode simplesmente tentar explicar o conceito citando o Império galáctico de *Star Wars*. Grosso modo, o fenômeno do autoritarismo nos permeia, seja por conta do passado recente ou por conta do tema ser utilizado das mais diversas formas dentro das artes.

Porém, buscando uma definição mais conceitual do tema podemos entender o autoritarismo como:

⁸ LA BOÉTIE, 2006. p. 6

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.

BOBBIO, 1998 p. 95

Se tratando de política, ao falarmos de autoritarismo, é possível pensar em um governo que foca na capacidade de colocar em prática, em tornar concretos os seus projetos, objetivos, passando por cima de tudo e todos.

De maneira conceitual, o autoritarismo e o totalitarismo possuem distinções, todavia “as fronteiras entre estes conceitos são pouco claras e muitas vezes até instáveis em relação aos diferentes contextos” (BOBBIO, 1998 p. 95) Na prática, autoritarismo, totalitarismo, ditaduras e outras formas de governo similares compartilham semelhanças, pois todos são regimes ditatoriais onde encontramos um governo centralizado nas mãos de um indivíduo ou de um determinado grupo e onde um regime opressor está em ação.

O sistema autoritário se desenvolve por meio de uma hierarquia. Hierarquia esta que pode ser entendida como uma estrutura piramidal: a população geral ocupando a base enquanto uma minoria controla-os a partir de um local de destaque, isto é, o topo da pirâmide. A hierarquia tende a ser vertical: quem está acima, manda em quem está embaixo. Uma relação de obediência.

Um governo que se preocupa em concentrar cada vez mais poder para realizar seus objetivos sem se preocupar com os chamados “mecanismos consensuais”. O consenso, por vezes é um limitador do poder autoritário, eles possuem a capacidade de relativizar o poder descentralizando-o. Mecanismos

consensuais aparecem por vezes nas democracias. Todavia, o autoritarismo busca limitar ou até destruir tais mecanismos, “são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas” (BOBBIO, 1998. p. 95) buscando manter o poder centralizado em uma pessoa ou até mesmo em uma instituição, partido, ou que quer que esteja no poder. É muito comum que em tal regime exista uma figura de referência, uma imagem que esteja intrinsecamente ligada ao governo, que seja literalmente a face do poder. Vejamos: hoje, ao pensarmos no nazismo, é inevitável não pensar na figura de um homem branco, cabelo partido e um pequeno bigode adornando o rosto. A figura de Hitler é a imagem do nazismo na mesma medida que Stalin fora a face do Stalinismo na União Soviética. Da mesma forma, Orwell traz para as páginas de *1984* a figura de um homem que é em si o estado: O Grande Irmão. A ideia de líder é poderosa em demasia uma vez que, ter um referencial torna a ideia de poder mais palpável: torna visível a quem temer. Ora, ter a ideia constante de um líder, manter sua imagem não só na mente das pessoas, mas também com o uso de cartazes espalhados em todos os cantos, pode vir a servir como um dos muitos mecanismos de vigilância. Um simples cartaz criado de modo “que os olhos da figura o acompanhem sempre que você se move, com os dizeres ‘*O Grande Irmão está de olho em você*’” (ORWELL. 2019. p.12) pode vir a servir como um excelente mecanismo de coerção.

A ideologia autoritária é marcada por uma desigualdade hierárquica: não há igualdade de poder entre os de cima e os de baixo. Grosso modo, a sociedade é dividida entre aqueles que mandam (os de cima) e logo abaixo destes estão aqueles que obedecem: a maioria esmagadora da população.

Um aspecto que pode ser atribuído ao autoritarismo é o uso, muitas vezes excessivo, da violência para se alcançar seus objetivos. O uso da violência por meio de tecnologias que a diversifique e facilite seu uso pode ser apontado como um dos principais fatores para se apontar a ilegitimidade de tal governo. Como sinaliza Hannah Arendt em cada página de sua obra *Sobre a violência*, poder enquanto poder político, governamental, difere de poder violento: poder e violência são termos opostos e, sendo assim, a afirmação de um significa a ausência do outro. Este problema dentre outros será analisado um pouco mais adiante, no devido tempo.

3.2 - Como alcançam o poder

Foram vários os pensadores que através dos anos procuraram teorizar e formular argumentos que justificassem a necessidade do homem de criar um estado. Fora assim no período clássico da filosofia com o já citado Platão e sua cidade perfeita onde o poder estava nas mãos de um de Rei Filósofo, bem como durante o chamado período moderno com as ideias contratualistas.

O debate entre os contratualistas tinha como ponto de partida os diversos fatores que levaram os seres humanos do estado de natureza à formação de um governo, isto é, um contrato social. Dentre tais pensadores, três se destacam: Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau. De forma breve, Hobbes parte da ideia de uma guerra incessante no estado de natureza do homem e que, para assegurar o direito à vida do homem, torna-se necessária a criação de um poder mediador, abrindo-se assim mão da liberdade natural de cada um. Nestes termos, cria-se um Estado que seja

capaz de garantir a paz e a segurança de todos. No contrato de Hobbes, o poder de todos é transferido para as mãos de um homem que será o governante absoluto. Locke parte da ideia de que o homem em seu estado natural, em decorrência do seu “egoísmo” pode vir a causar conflitos, sendo assim, criam um poder mediador que possa proteger o direito à propriedade privada de cada um, sendo este poder uma espécie de mediador, um governo moderado. Rousseau por sua vez, nada contra a maré de seus antecessores, para ele o homem é bom em seu estado de natureza, todavia, o surgimento de propriedade privada causa uma desigualdade entre os homens, sendo assim, tem-se a necessidade da criação de um contrato social, a criação de um governo democrático que regulamentará e assegurará o direito de propriedade. A diferença é que no estado idealizado por Rousseau, o estado surge como uma ferramenta que possibilite alcançar os fins da vontade geral. Em outras palavras, tal estado seria formado a partir de uma democracia.

A ideia de se ter um soberano detentor do poder no contrato idealizado por Hobbes, nos interessa mais do que o pensamento dos demais pensadores citados, pois serve como elucidação do problema do autoritarismo.

O autoritarismo será caracterizado aqui como concentração do poder em uma única pessoa ou partido, ou ainda assembleia, exigindo de cada um a obediência absoluta, sem espaço para oposição e sem liberdade individual. Controle do pensamento, constante vigilância e a censura também estão estritamente ligados a um regime autoritário. Tais mecanismos possuem o objetivo de manter o corpo civil sob controle, sem espaço para possíveis conspirações ou quaisquer eventualidades que possam prejudicar o governo. Thomas Hobbes explicita que o absolutismo tem como ponto de partida uma

espécie de acordo onde todos os indivíduos de uma determinada sociedade, e apenas eles, formam um corpo, uma unidade onde encontramos no poder a figura de um soberano. Tal acordo, isto é, tal forma de governo só é possível uma vez que exista uma submissão à autoridade soberana.

Hannah Arendt, por sua vez, explicita que um regime autoritário parte do povo, sendo assim, democrático. Essa forma que um regime autoritário alcança poder é no mínimo curiosa pois ela se repete no mundo sobretudo no século XX e XXI. Ora, o já citado Hitler alcançara o poder através do povo, bem como governantes do século XXI que, bem verdade que seus governos não são autoritários, mas que disseminam discurso de ódio, xenofobia, banalizam problemas da sociedade como uma pandemia ou crises migratórias, dentre outras características que são no mínimo de caráter autoritário, alcançaram poder com o aval das massas. Basta lembrarmos da última eleição brasileira no ano de 2018 e o vencedor desta eleição.

Em sua obra *Leviatã*, Hobbes descreve que os homens, em seu estado de natureza, nascem e permanecem sempre iguais, não importando suas diferenças em relação à inteligência ou força corpórea. Porém, sempre um pode tentar se sobressair perante o outro, seja através de artimanhas, armadilhas ou simplesmente pela união com outros homens e acabem assim com seus inimigos em comum. A prudência vem a ser nada mais do que um fruto da experiência. Nesse estado de natureza os homens são ariscos, sempre precavidos para eventuais conflitos.

“De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem

senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defendê-los; e os terceiros por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido a suas pessoas, quer indiretamente a seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome. Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens.”

HOBBS. 2004, p 108.

Com este estado de guerra e repleto de inconveniências, torna-se então necessário a criação de um poder comum, um poder capaz de controlar todo e qualquer indivíduo que ouse brutalizar em tempos de paz. Assim surge a necessidade de um estado, a necessidade de um poder artificial no qual todos os homens estão fadados a respeitá-lo de modo que, do contrário, estes serão punidos conforme suas convenções.

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade.

HOBBS. 2004. p. 143

Em suma, esse poder seria aquele que garante a paz, a segurança e os direitos de cada homem. Contudo, o homem abdica de seu direito natural de governar a si mesmo, abrindo mão total de sua liberdade natural e autorizando todas as ações que o governante, chamado de soberano, tem ou terá perante todas as circunstâncias. Soberano este que deterá o poder absoluto. Todavia, com a criação deste poder comum que paira sobre todos, o homem também abre mão de sua liberdade, transferindo-a para o governante que zelará por cada um de maneira coletiva: a multidão passa então a ser uma única coisa, coisa esta que chamamos de estado.

O problemático desta forma de governo consiste nesta ideia de poder absoluto que é conferido a um único homem. Segundo Hobbes (2004, p.146), é direito exclusivo do soberano por instituição: ter controle total da multidão; nenhum homem pode libertar-se da sujeição sob qualquer pretexto de infração por parte do soberano, pois o soberano governa para a multidão e nunca de maneira individual; não pode haver novos pactos uma vez que o pacto para eleição do soberano entra em vigor, os que fazem oposição devem aceitar e reconhecer o poder instituído ao soberano ou serão destruídos; o soberano é o juiz de todas as causas, criando regras e fazendo-as valer; ao soberano é detido o poder de declarar a guerra ou a paz com outras nações; é direito do soberano recompensar ou punir severamente qualquer súdito que julgue ser merecedor.

O corpo civil, ao conferir todo esse poder a um único homem, se torna preso a ele, uma relação que muito se assemelha ao servo medieval que estava preso à terra. Em suma, o estado natural do homem o fez buscar um governo artificial que lhe garantisse condições necessárias para uma existência pacífica. Assim, abriu-se mão da liberdade individual para haver uma segurança formal que abrangesse todos os viventes.

A democracia é considerada por uma grande maioria dos intelectuais como a forma de governo mais justa, uma vez que ela parte do povo. É curioso como **governos** autoritários alcançam o poder através de **eleições** democráticas.

É muito perturbador o fato de o regime totalitário, malgrado o seu caráter evidentemente criminoso, contar com o apoio das massas. Embora muitos especialistas neguem-se a aceitar essa situação, preferindo ver nela o resultado da força da máquina de propaganda e de lavagem cerebral.

ARENDT, 1989. p.324

Isso levanta uma questão: qual o interesse das massas ao elevar ao poder tais regimes? Um ponto que pode ser levado em consideração é a condição que muitos seres humanos podem possuir: a chamada personalidade autoritária. A personalidade autoritária é uma disposição psicológica que consiste na necessidade de se ter o controle ou de se estar sob controle:

A personalidade autoritária é descrita como um conjunto de traços característicos inter-relacionados. Cruciais são as assim chamadas "submissão" e "agressão" autoritárias: de uma parte, a crença cega na autoridade e a obediência voltada para os superiores e, de outra, o desprezo pelos inferiores e a disposição em atacar as pessoas débeis e que socialmente são aceitáveis como vítimas. Outros traços relevantes são a aguda sensibilidade pelo poder, a rigidez e o conformismo. A personalidade autoritária tende a pensar em termos de poder, a reagir com grande intensidade a todos os aspectos da realidade que tocam, efetivamente ou na imaginação, as relações de domínio.

BOBBIO, 1998 p. 98

Uma pessoa com características autoritárias tende a acatar, a aceitar, a obedecer com maior facilidade estruturas hierárquicas. Uma pessoa com tal condição dificilmente irá contestar ordens daquele que julga seu superior: o comando que vem de cima é obedecido sem qualquer tipo de resistência. Todavia, uma pessoa com tal condição de obediência, tende a ser tão autoritária quanto o seu superior.

Se déssemos crédito às nossas próprias experiências nesses assuntos, deveríamos saber que o instinto de submissão, um ardente desejo de obedecer e de ser dominado por alguns homens fortes, é ao menos tão proeminente na psicologia humana quanto a vontade de poder e, politicamente, talvez mais relevante.

ARENDT. 2021. p. 56

Ao encontrar alguém que julga ser inferior, a tendência é agir de tal forma que se assemelhe à figura daquele que possui o poder. Sendo assim,

aquele que tende a obedecer, tende a ser tão despótico quanto o seu líder: ao olhar para cima, acata a ordem. Ao olhar para baixo, distribui ordens.

Ora, a atual situação política em nosso país, por exemplo, o que se vê é uma série de seguidores ferrenhos que obedecem e acatam tudo que o atual presidente profere, ao passo que possuem traços de autoridade. Em suma, um regime autoritário, segundo Arendt, parte de uma população autoritária.

4– A ilegitimidade do autoritarismo e seus mecanismos de coerção

Sabemos que o autoritarismo muitas vezes parte de uma sociedade democrática, alcançando o poder de forma legal e com o apoio das massas:

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas.

ARENDETT. 1989 p. 340

Contudo, a sua forma de agir vai contra os princípios democráticos e fere de forma radical aqueles que são governados. Partindo do ponto de que tal regime buscará centralizar o poder em si, alcançar seus objetivos passando por cima de tudo e todos, bem como a sua necessidade de extinguir organizações consensuais e seus diversos mecanismos desenvolvidos para assegurar a obediência geral, ele se mostra como um governo ilegítimo. Ora o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade.” (BOBBIO, 1998 p. 95).

Para um regime autoritário alcançar seus objetivos, é necessário uma série de mecanismos que o auxiliará para alcançar o total poder. Três destes mecanismos podemos tomar como os mais eficazes: o uso da violência, o condicionamento e a vigilância. “A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. O verbo modal negativo que a domina é o não-ter-o-direito.” (CHUL-HAN, 2015. p 14)

4.1 – A Violência

Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias.

ARENDT. 1989 p.390

Os três mecanismos de controle que serão analisados, isto é, a **violência**, o **condicionamento** e a **vigilância** se relacionam e se misturam ao passo que um irá servir como base para a aplicação do outro. Ora, a violência pode ser aplicada após mecanismos de vigilância da mesma forma que o condicionamento virá em prol da violência. São três faces de um mesmo rosto.

Ao tratarmos da violência, diversas definições podem vir ao nosso consciente. Nos dicionários mais atuais, a palavra violência virá seguida de definições como ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral, ato violento etc.

Todavia, por mais que a palavra violência por vezes venha atrelada a noções de poder, se estamos tratando de poder político, violência e poder são duas coisas distintas: onde existe um, não pode haver o outro. O poder, segundo Arendt, corresponde não apenas para agir, mas para agir em concerto e nunca é propriedade de um único indivíduo. Nota-se que o poder pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto este grupo está unido. A violência por sua vez, distingue-se por seu caráter instrumental: é o uso intencional da força contra uma ou mais pessoas, isto é, a população. A violência visa o domínio e com ela vem o ferimento, o dano psicológico e a morte. Enquanto instrumento, necessita que alguém a manuseie.

Sendo assim, o que faz o homem aceitar a violência unida ao poder político? As críticas feitas por Hannah Arendt contribuem para a elucidação do tema.

Segundo a autora, essa comum ideia de que violência e poder são fundidos originam-se de uma velha noção de poder absoluto que permeou pelo mundo nos séculos passados recentes, como é o caso do pensamento do já citado Thomas Hobbes e seu soberano que detém todo o poder. Essa velha noção de poder absoluto vem também da história através dos impérios e dos reinados que surgiram, alcançaram o auge e depois declinaram rumo à ruína. Não faltam exemplos na história de absolutistas que se faziam valer através do uso da violência. Afinal, o governo de Um contra todos “nunca é possível sem instrumentos”. (ARENDR. 2021 p.58)

O uso de mecanismos violentos é utilizado para manter um poder total, um poder que já se encontra desgastado ou ainda, para o total controle. Estes mecanismos podem se dar através de danos psicológicos ou mesmo carnais. A guerra, por vezes, é utilizada como um mecanismo de controle.

Desde mais ou menos àquela época, a guerra fora literalmente contínua, embora a rigor, não tivesse sido o tempo todo a mesma guerra. [...] Naquele momento, por exemplo, a Oceania estava em guerra com a Eurásia e era aliada da Lestásia [...] Há não mais de quatro anos, a Oceania estava em guerra com a Lestásia e em aliança com a Eurásia. [...] O inimigo do momento sempre representava o mal absoluto com o resultado óbvio de que todo e qualquer acordo passado e futuro com ele era impossível.

ORWELL, 2019. p. 46, 47

A guerra vai além de ser um evento que busca recursos, território ou sobrepujar um inimigo, ele tem muito a ver com relações puramente ligadas ao controle. A guerra na obra de Orwell é um mecanismo que auxilia no domínio

das massas através da ideia de um inimigo comum que precisa ser combatido, funciona também como um mercado para escoar a produção de armamentos bélicos e, como afirma Arendt (2021. P18), a guerra por vezes, como foi o caso da guerra fria, possui o objetivo de ser um objeto de dissuasão, pois a dissuasão é a melhor garantia para a paz. A guerra, ou a simples ameaça dela funciona também como um árbitro último nos negócios internacionais, ora, a “guerra nuclear” que, a um único apertar de botão, pode dizimar todo o planeta, é um excelente recurso de dissuasão.

Estando a violência fora do poder político, o uso dela torna este poder ilegítimo. Como veremos mais adiante, o uso dela para doutrinação e condicionamento das massas, coloca o poder em xeque. Uma vez que a violência será usada quando o poder já se encontra em declínio, ou para conter a população através da opressão, ela servirá como um fator crucial para manter o poder, o que o torna ilegal.

O poder é de fato a essência de todo governo, não a violência. [...] O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é legitimidade.

(ARENDR. 2021 p.58)

Ora, alcançando o poder de forma democrática, tal governo não deveria fazer valer seus desejos através de mecanismos deturpadores. O domínio pela pura violência ocorre onde o poder está sendo perdido. O poder não pode ser mantido pela força violenta, pois governos que tentam se manter no domínio através destes mecanismos, ruem, perdem seu poder no mesmo instante em que a violência é posta de lado. “A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na

mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder”.

(ARENDR. 2021 p.70)

4.2 – Condicionamento e Vigilância

A escolaridade é abreviada, a disciplina relaxada, as filosofias, as histórias e as línguas são abolidas, gramática e ortografia pouco a pouco negligenciadas, e, por fim, quase totalmente ignoradas. A vida é imediata, o emprego é o que conta, o prazer está por toda parte depois do trabalho. Por que aprender alguma coisa além de apertar botões, acionar interruptores, ajustar parafusos e porcas?

BRADBURY, 2018, p 78

Optei por colocar ambos na mesma sessão, pois os dois mecanismos se entrelaçam de tal forma que um acaba sendo instrumento do outro. Notemos que a violência não deixará de ser abordada, uma vez que com ela o condicionamento se torna efetivo.

Condicionamento

Entendemos por condicionamento o processo pelo qual o indivíduo é submetido a uma série de práticas que visam moldá-lo para o convívio social. Trata-se de um mecanismo de controle que visa desde o mais simples ato até ao mais complexo campo da sociedade. O condicionamento ideal consiste em transformar cada homem em mais uma peça da engrenagem do estado. Ora, o condicionamento, por vezes, é benéfico uma vez que com ele é possível desenvolver em cada indivíduo aspectos essenciais para o convívio social: o ensino da moralidade, por exemplo, seria um destes benéficos. Todavia, o que ocorre em regimes despóticos é simplesmente um condicionamento voltado para a manutenção e permanência do regime.

Nestes termos, podemos dividir este mecanismo de controle em duas grandes partes: o condicionamento pelo consumo, que visa orientar o que é permitido comprar ou fazer, e o condicionamento educacional, que pretende preparar o indivíduo para suprir as demandas da sociedade de acordo com os interesses do poder.

Essa condição de consumo imposta, parte sempre da necessidade de controlar o que cada casta/classe social pode ou não consumir. No capitalismo, por exemplo, a ideia de comprar sempre cada vez mais, de se atualizar em decorrência do alto e constante desenvolvimento dos produtos, é imposta desde muito cedo: uma criança é criada nesse mundo de acordo com o que se espera que ela se transforme ao crescer, o que consumirá, o que pensará, o que fará para contribuir com a sociedade. Uma criança em um lar de classe alta, será direcionada para aquilo que seu status propõe, bem como o jovem da periferia, que será direcionado a trabalhos que lhe são impostos ao não haver alternativas viáveis de mudança.

Ora, a sujeição do indivíduo se dá de acordo com a necessidade geral da sociedade. O processo de condicionamento *Neopavloviano* em *Admirável Mundo Novo* ilustra de maneira didática, a forma como somos direcionados, durante nossa formação, para fins já reservados.

Notemos que a distopia de Huxley nos apresenta uma realidade na qual o indivíduo é de suma importância para o todo: é necessário que cada homem, isto é, cada peça funcione da devida maneira para que possa ser alcançada uma estabilidade social que sacie todas as necessidades do todo. Mesmo que nessa obra distópica os indivíduos sejam criados em laboratórios e

de acordo com a demanda, a forma em que ela nos é apresentada se mostra como uma possível alegoria do mundo real. A escassez de recursos para a educação, a falta de incentivo à leitura, os preços abusivos para se consumir cultura, contribui para a máquina continuar funcionando. É na periferia onde se encontram escolas sucateadas e os empregos com o maior índice de baixa remuneração. Por conta disso, levando em conta a atual forma de se governar, quanto menor a escolaridade, menores são as condições e a remuneração.

Desse ponto de vista, é na educação onde os primeiros traços do condicionamento entram em prática: com uma educação que visa causar mais aversão do que vontade de buscar conhecer. Afinal, uma sociedade que não ousa questionar, que não busca “*ousar saber*”⁹ como diria Kant, está mais sujeita a aceitar dominação.

O processo de condicionamento *Neopavloviano* citado anteriormente tem por finalidade controlar o que a pessoa consumirá ao crescer. Como é descrito no livro, a criança destinada ao trabalho operário passa por um processo de aversão ao que não se espera que ela consuma; como livros, flores, arte de modo geral. Ao ser colocada em contato com tais objetos, uma descarga elétrica é emitida de forma que a pessoa passará a entender que a dor que sente está ligada ao contato com o livro e com as flores, por exemplo.

Elas cresceram com o que os psicólogos chamavam de um ódio 'instintivo' aos livros e às flores. Reflexos inalteravelmente condicionados. Ficarão protegidas contra os livros e a botânica por toda a vida. [...] As flores do campo e as paisagens, advertiu, têm um grave defeito: são gratuitas. O amor à natureza não estimula a atividade de nenhuma fábrica. Decidiu-se que era preciso aboli-lo, pelo menos nas classes baixas.

⁹ Referência ao lema kantiano “*sapere aude*” que significa “ouse saber”, “atreva-te a saber”, “ouse conhecer”, dentre outros similares.

HUXLEY, 2008, p. 54 e 55

O que é vantajoso para o todo é a sujeição: o que não é questionado pode passar despercebido, torna-se normal, habitual. A tentativa de afastar o indivíduo dos livros tem como objetivo fazer com que não questionem, não pense por conta própria. Para uma sujeição perfeita por parte do estado, é essencial que não haja resistência daqueles que serão dominados. O ensino corrobora esse tipo de controle.

Educação esta que podemos ver (ouvir na verdade) na música *another brick in the wall part II* da banda *Pink Floyd*: um sistema de ensino totalmente repressor, que visa não educar as crianças, mas transformá-las em iguais, em seres incapazes de pensar. A cena presente no *videoclipe* onde nos é apresentado um grande moedor de carne no qual os alunos caem para se unirem em uma grande pasta, é uma cena mais do que ilustrativa, expõe todo esse condicionamento que o indivíduo passa até sua vida adulta. No fim, o individual não existe mais e todos passam a ser *mais um tijolo no muro*.¹⁰

Vigilância

Sendo o condicionamento um dispositivo de controle e manipulação que visa produzir homens que satisfaçam as necessidades do estado, a disciplina fabrica indivíduos. Os homens são tomados por objetos. O processo de poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples, como a vigilância. Um aparelho de vigilância perfeito é aquele que obrigue pelo jogo do olhar, que manipule o homem pelo simples fato dele saber que está sendo vigiado, pois, a essência da vigilância consiste em utilizar e manipular os indivíduos.

¹⁰ Pink Floyd, The Wall. 1979

Foucault em *Vigiar e Punir* apresenta um panorama, uma visão geral do poder hierárquico através de um acampamento militar: uma cidade artificial que se constrói e remodela-se à vontade. Acampamento este montado de tal maneira que possibilite o controle da maneira mais eficaz. “O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral.” (FOUCAULT.2019. p.169). O acampamento vigia o exterior da mesma maneira que exerce o seu poder de vigilância virado para si, vigiando seu interior.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los, a um conhecimento, modificá-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível.

FOUCAULT.2019. p.169

Cria-se então a ideia de uma hipervigilância sobre os cidadãos, tanto a arquitetura como a estética das cidades contribuem para essa incessante tentativa de se obter disciplina. A sensação de estar sendo constantemente vigiado age de forma tão eficaz que até simples imagens podem exercer seu papel na vigilância. A propaganda exercida através de campanhas e cartazes, imagens que se espalham pela cidade a fim de manter o corpo civil ciente de quem detém o poder, um artifício muito usado pelos regimes autoritários. Os cartazes do *Grande Irmão*, por exemplo, cumprem esse papel em 1984, exercendo assim o controle esperado. “Não havia local de destaque que não ostentasse aquele rosto de bigode negro a olhar para baixo,[...] enquanto os olhos escuros perfuravam os de Winston” (ORWELL. 2019. p.12).

Um dos principais recursos da vigilância é a sua constância, exercida desde muito cedo, de maneira precoce na vida do indivíduo. Um sistema perfeito de vigias não se baseia totalmente apenas no ato de vigiar, mas também na força mental exercida nos vigiados: a sensação de se estar sendo vigiado precisa ser incessante para que seja satisfatória. É possível alcançar este status através do condicionamento exercido desde o início da vida, fazendo o homem aceitar a realidade que lhe fora oferecida.

A organização da vigilância ocorre de maneira hierárquica, seja nos órgãos públicos, prisões ou em qualquer outro ramo da sociedade. Sempre há um supervisor chefe, ou seja, aquele que detém o poder máximo em seu respectivo território e, abaixo dele, encontram-se homens de sua confiança, os vigilantes, estabelecendo assim o controle de forma geral. Essa escolha, bem como a divisão desses “vigilantes” ocorre na medida do necessário, fazendo-se valer pelo poder já instituído, de maneira piramidal onde o poder autoritário supremo se encontra no topo, ao passo que, no meio da estrutura encontram-se os seus vigilantes, e por fim, aos pés da pirâmide, a população geral ali se encontra.

Nas então chamadas “escolas paroquiais, exemplo este dado por Foucault, era necessário um mestre geral, o chamaríamos de diretor, que detém todo o poder da escola. Abaixo dele se encontram os professores que, por sua vez, escolhem entre os alunos monitores que os ajudarão a manter a disciplina dentro da sala de aula. Estes alunos monitores que, antes de mais nada fazem parte do próprio grupo que vigia, passam a ser uma das formas mais eficazes de se alcançar o controle. Afinal, uma grande manobra de quem governa é exercer sua vigilância de maneira que cada indivíduo se sinta

vigiado, flertando com o medo, induzindo os indivíduos a temer serem pegos. Medo este que alcança seu ápice quando um mero civil denuncia os seus semelhantes simplesmente por temer ser pego e sofrer represálias pelo simples fato de omitir o que poderia ter denunciado. O medo da repressão faz com que a população se denuncie. Em regimes totalitários onde simples gestos são o suficiente para condenar civis por atos contra o estado, o próprio indivíduo é capaz de se denunciar na tentativa de salvar a si próprio, condenando um de seus semelhantes ao passo que assim, demonstra sua lealdade ao poder institucionalizado.

Essa vigilância que não cessa deve perturbar ou causar medo na população para que se possa manipular e moldar os indivíduos da maneira que supre as necessidades do estado. A manipulação é tão eficaz que abrange até as crianças: chega-se ao ponto de filhos denunciarem seus pais e vice versa:

“Abaixo ao Grande Irmão!” Sim, eu disse isso! Disse e repeti, parece. Cá entre nós, meu velho, ainda bem que eles me pegaram antes que as coisas ficassem mais graves. Sabe o que vou dizer a eles quando comparecer perante o tribunal? “Obrigado”, vou dizer, obrigado por me salvarem antes que fosse tarde demais.

Quem foi que entregou você?, indagou Winston.

Foi minha filhinha, disse Parsons com uma espécie de orgulho pesaroso.[...] Ouviu pelo buraco da fechadura. Ouviu o que eu estava dizendo e no dia seguinte falou para patrulha. Muito esperta para uma moleca de sete anos, hem?

ORWELL. 2019. p 275, 276

Assim, a vigilância é passada de maneira hierárquica, passando do líder supremo para seus homens de confiança, descendo a pirâmide do poder até pairar e se misturar em sua base: entre as massas, fazendo da população geral vigilantes de si própria para o bem do próprio regime. Tal forma de vigilância se dá graças à psicologia autoritária.

Sendo assim, com todo esse sistema de vigilância, é necessário então o desenvolvimento de tecnologias, de sistemas disciplinares, mecanismos penais para aqueles que violam ou desobedecem de alguma forma as leis. Assim como a disciplina é caracterizada pela rigidez de seus métodos, assim é com o castigo. São muitos os meios de punição que englobam desde o cárcere e privações a castigos físicos, que mutilam tanto o corpo como a mente.

Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora.

FOUCAULT. 2019. p 175

Tais castigos, criados de maneira arbitrária, caminham ao lado das leis instituídas, deixando claro que ao violar uma lei, o indivíduo sofrerá um castigo de acordo com seu delito.

O castigo tem como função evitar possíveis desvios que os indivíduos podem tomar, servindo como aviso. Todavia, ele é também um mecanismo de reeducação. As punições mais brandas possuem um caráter reeducação por meio de exercícios que visam a correção do infrator de maneira menos “vingativa” por parte do estado. Dessa maneira, não há o que podemos chamar de tortura, mas deveres para com o estado nos quais englobam trabalhos forçados, o cárcere ou atividades que contribuam com a sociedade. Essa forma de castigo procura corrigir o homem através de mecanismos moderados, pois tais penalidades são direcionadas aos que cometem infrações mais leves. Por outro lado, as punições mais severas são destinadas àqueles que o estado vê como inimigo, castigo este que podemos chamar de “reestruturação do condicionamento”.

Como visto anteriormente, o condicionamento consiste na preparação, na manipulação do homem para que ele possua as características que o estado julgue serem as ideais para um controle absoluto das massas.

O processo de reestruturação do condicionamento só é possível em um regime totalitário, regime que mantém seu poder através do medo, por meio de tortura, por meio da dor. Métodos muito utilizados durante a ditadura militar aqui no Brasil, onde o estado caçava e torturava seus opositores, pessoas que o poder via como inimigos. A dor carnal prepara a mente para o adestramento total do ser. Através desse mecanismo, a autoridade busca alcançar dois pontos com estes meios: recondicionar o indivíduo e explicitar de maneira física seu poder absoluto. Orwell vai um pouco mais além ao tratar deste mecanismo. Ele inicia-se muito antes do flagelo, tem como ponto de partida o cárcere prévio que serve como uma forma de tortura psicológica, perturbando a mente do homem enquanto este é vigiado. A vigilância não cessa no cárcere, pois ela possui o objetivo de frear aquele que fora preso. Na obra de Orwell, os acusados de cometerem infrações são levados em primeiro lugar a uma cela onde um grande mecanismo de vigilância exerce sobre eles total poder: *“tire as mãos dos bolsos? o que você tem escondido aí? .. o que está pensando”*. O medo de cometer qualquer outra infração que o prejudique ainda mais, faz com que o acusado, a partir daquele momento, passe a refletir sobre o que fez para se encontrar ali. A tortura mental é o preparativo para o que vem a seguir: o castigo carnal. A dor é um artifício poderoso para a autoridade pois ela quebra o homem, o amedronta e acima de tudo, o marca. O poder exercido pela dor se torna o principal mecanismo de punição, sendo ele o mais eficaz.

O poder real, o poder pelo qual devemos lutar dia e noite, não é o poder sobre as coisas, mas o poder sobre os homens. [...] Como um homem pode afirmar seu poder sobre outro? [...] Fazendo-o sofrer. A obediência não basta. A menos que sofra, como pode ter certeza de que obedecerá à sua vontade e não a dele próprio? Poder é infligir dor e humilhação. Poder é esfaquear a mente humana e depois juntar outra vez os pedaços, dando-lhes a forma que você quiser.

ORWELL. 2019 p.311

Da mesma maneira que a dor é usada para a educação em *1984*, assim também ocorre em *Admirável mundo novo* com os bebês tomando choques ao interagir com as flores. De certo ponto de vista, a dor caminha lado a lado com a disciplina nestes governos. O que nos choca por ser algo tão desumano e ainda mais, por ser algo que ocorreu e pode vir a ocorrer novamente de fato em alguns regimes ditatoriais no decorrer da história.

O que se pode entender a partir da observação destes mecanismos, é que a perda da liberdade é o fator crucial para um regime autoritário se manter no poder. Ora, sem a liberdade, ao indivíduo só resta aceitar o que lhe é oferecido: vigilância, condicionamento e violência.

5 - Considerações Finais: A atualidade

*Se isto é o meu fim ou um novo começo
não tenho nenhum meio de saber. [...] E
assim eu entro, embarco na escuridão ali
dentro; ou então na luz.*

MARGARET ATWOOD¹¹

O tema abordado nesta monografia foi tratado, ou pelo menos houve a tentativa, da forma menos pessimista possível. Todavia, trata-se de um tema delicado: Analisando tanto o passado recente como obras desenvolvidas para trabalhar o tema, é possível observar que o autoritarismo está bem longe de ser uma ficção ou fantasia: não são poucos aqueles que flertam com esse tipo de poder. Como tenta explicar a ideia de psicologia autoritária: muitos são aqueles que se deixam dominar por conta de tal necessidade, assim como suas propensões de serem autoritários.

O profético *Panóptico* desenvolvido por Bentham e que, posteriormente, fora trabalhado por Foucault, se mantém tão atual quanto já fora, traz a lembrança de que a vigilância é constante, mesmo quando o vigilante não é identificado. Ora, o controle perfeito é aquele que não parece exercer influência ou força, causando no indivíduo o sentimento constante de liberdade. O Panóptico é a ideia de “uma construção em anel; no centro, uma torre” (FOUCAULT. 2019. p. 194), estrutura desenvolvida para ser uma prisão. Sendo construída em forma de anel, a fim de que aquele se encontra no alto de sua torre central, visualize o todo ao seu redor, exercendo assim uma plena

¹¹ ATWOOD. 2017 p. 347

vigilância. Por outro lado, os vigiados não possuem a ideia ou simplesmente não conseguem ver que estão sendo observados. Assim o objetivo é alcançado: todos passam a se comportar com cautela e com plena certeza de que há monitoramento, tendo que controlar seu comportamento para que assim não seja punido.

É bem verdade que os edifícios e a própria sociedade não é construída de forma anelar e tampouco possui torres de qualquer tipo exercendo essa constante vigilância. Porém, o que seriam as câmeras, o radar de rodovias que monitoram possíveis infrações mecanismos semelhantes que não um exemplo de “torre de vigilância”? Ora, o medo de ser multado deixa o motorista mais alerta no tocante a infrações no trânsito. Escolas e empresas também não são diferentes: um aluno pode muito bem fazer uma atividade temendo um castigo ou ainda, um funcionário controlará seu comportamento temendo a possível supervisão de seu chefe. A vigilância constante está relacionada acima de tudo com o psicológico. E não nos esqueçamos dos *smartphones* e as *redes sociais*, que contribuem tanto para a exposição e vigilância dos indivíduos.

Por fim, uma questão um tanto mais atual e que pode criar inquietações: durante a pandemia da Covid-19, que completou um ano agora pouco em março de 2021, foram desenvolvidos diversos mecanismos na tentativa de frear o avanço do vírus. Dentre tais mecanismos, um aplicativo desenvolvido para celulares que armazena em um banco de dados informações do portador desta tecnologia. Faz-se um rastreamento da pessoa, por onde ela passou, onde está indo, bem como sua saúde. Ou seja, este aplicativo acessa o sistema de localização do celular e o utiliza para obter informações de onde o usuário está e ainda, se está próximo de pessoas

infectadas com o vírus, informando-a assim os níveis de periculosidade de seu atual ou próximo destino. Nota-se a necessidade destas formas de vigilância em relação com a situação atual, entretanto, é preocupante um banco de dados que armazena localizações atuais e um roteiro de por onde e quando exatamente o indivíduo passou por determinados lugares.

Estes aplicativos de monitoramento em tempo real serão desativados ou deixados de lado com o fim da pandemia? Não seriam estes mecanismos excelentes tecnologias de monitoramento, se utilizadas por governos autoritários? Esta questão fica em aberto, como um convite para tratar o tema.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2021.

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco. 2017

BRADBURY, R. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Editora Globo. 2018.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998

CHUL-HAN, Byung. *Sociedade do Cansaço*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2015

DOSTOIÉVSKI. *Os Irmãos Karamázov*. São Paulo: Editora 34. 2012

EAGLETON. *Teoria da Literatura - Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

HUXLEY. A. *Admirável mundo novo*. São Paulo; Editora Globo. 2008.

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso sobre a servidão voluntária*. eBooksBrasil. 2006

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2018

ORWELL. G. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova cultural, 2000.